

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata-se de solicitação para **inscrição dos servidores ALEXANDRE FONSECA DO ROSÁRIO; DANIEL DO NASCIMENTO RODRIGUES; IGOR BEZERRA MACHADO; JHONATAN VILLELA DE ARAÚJO; MÁRIO FERNANDO CARDOSO; MARTA CABRAL GONÇALVES; MÔNICA DIAS VIANNA; PATRÍCIA FERNANDA MARQUES; RACHEL BARROSO DA SILVA; THIAGO VIEIRA SOUZA**, lotados na Auditoria Interna - AUD, para participarem do curso **“GESTÃO DE RISCO: DA TEORIA À PRÁTICA”**, com carga horária de 52 horas/aula, promovido pela empresa **COMMUNICARE SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA.**, na forma *online* e assíncrona, com início imediato e duração de 1 (um) ano, tal como disposto na SIE AUD0035/2024 de peça nº 7.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela sendo, em razão da inobservância do prazo para solicitação, deferida pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior da Escola de Contas – ECG/TCE-RJ¹ e aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal², a CLC, em sua instrução datada de 13.03.24, considerou que:

✓ A contratação tem respaldo no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, **“Inexigibilidade de Licitação”**, face à inviabilidade de competição;

✓ O custo total das inscrições é de **R\$6.230,00 (seis mil, duzentos e trinta reais)**, conforme publicação na internet³ e proposta comercial encaminhada pela Instituição (peça nº 5);

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente

¹ “(...) em que pese a recente orientação da Presidência desta Corte de Contas de indeferir os pedidos que não observem os prazos para solicitação devido ao reduzido saldo contratual referente à aquisição de passagens aéreas, no caso em tela o curso será ministrado na modalidade online, **sem custo de passagens aéreas**, encaminhem-se os autos ao GAP com a sugestão de **DEFERIMENTO**” (grifo no original)

² “(...) encaminha-se a presente solicitação à Secretaria-Geral de Administração para que, junto à Subsecretaria de Engenharia, Infraestrutura e Patrimônio (SUBENG), adotem as providências necessárias para a inscrição, conforme solicitado.”

³ <https://rodrigofontenelle.eadplataforma.app/curso/gestao-de-riscos-da-teoria-a-pratica>

e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 1);

✓ A **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 2 e 3), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 14.03.2024, e **opinou pela aprovação da contratação direta**, conforme excerto abaixo:

“(…)

Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.

Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.

*Dessa forma, **não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.***” (grifei)

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 1, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor da favorecida e posteriormente à CGA.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária – CPG,

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida e encaminho os autos a essa r. Coordenadoria para a emissão de nota de empenho, em favor da empresa **COMMUNICARE SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA. (CNPJ nº 25.081.774/0001-15)**, no valor de R\$6.230,00 (seis mil, duzentos e trinta reais), à conta do exercício financeiro em curso, **com o posterior envio à CGA**, para as demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, em observância ao disposto nos artigos 72, parágrafo único, 94, inc. II, e 174, inc. I, da NLLC, **com a celeridade que o caso requer.**

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265